



COMUNICADO

A crise de vocações na Engenharia Civil

Após conhecimento da publicação da 1.ª fase de colocação dos alunos do ensino superior, onde se destaca uma quase nula escolha, pelos candidatos, dos cursos de Engenharia Civil e um pleno na procura dos cursos de Arquitetura, urge fazer uma reflexão séria e profunda sobre o que temos vindo a assistir em Portugal nos últimos anos.

Perante este cenário catastrófico, para a Engenharia Civil, começa a perceber-se melhor a posição da Ordem dos Arquitetos (OA) sobre a iniciativa legislativa que está em curso na Assembleia da República, no âmbito da revisão da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, da Portaria n.º 1379/2009, de 30 de outubro e do Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro.

As propostas da OA visam o alargamento da atividade dos Arquitetos à Engenharia, quiçá para fazer face à necessidade de trabalho para os milhares de arquitetos já formados e para aqueles que se encontram no seu percurso de formação em arquitetura, uma vez que o mercado da arquitetura já não consegue absorver uma grande parte destes profissionais.

É provável que estes dois aspetos estejam fortemente interligados e que a Engenharia esteja a perder por inação.

No âmbito dessa discussão, em sede parlamentar, uma das propostas entregue pela OA defende que os seus membros possam praticar um vasto conjunto de atos de engenharia, fundamentando a sua posição no facto de alguns cursos de arquitetura proporcionarem algumas competências nas áreas de conhecimento de engenharia. Para a OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, é evidente que um curso de arquitetura tem obrigatoriamente que proporcionar alguns conhecimentos dos materiais e seus comportamentos. Sem conhecimentos mínimos de resistência de materiais, a arquitetura seria apenas desenho e estética.

Mas entre a posse de conhecimentos básicos do comportamento dos materiais e a posse de competências profissionais para praticar atos de engenharia vai uma enorme distância.

Alguns conhecimentos e algumas competências não conferem capacidade para a prática de atos de engenharia civil, que visam a qualidade, o bem-estar e a segurança de pessoas e bens.

Se esse critério fosse válido, então também a arquitetura podia ser feita por engenheiros técnicos e engenheiros, pois os cursos de engenharia têm noções de arquitetura.



E, de duas uma: ou se aceita o princípio de que a Arquitetura é para os Arquitetos e a Engenharia para os Engenheiros Técnicos e Engenheiros, ou se aceita o princípio mais vasto de que há alguma permeabilidade de fusão nestas áreas.

Este argumento, aliás, vai ao encontro da posição da Ordem dos Engenheiros Técnicos, que sempre considerou absurda a fracassada tentativa da OA de, pela via judicial, obter a declaração de ilegalidade de algumas das normas do regulamento da prática dos atos de engenharia pelos engenheiros técnicos emanado pela Ordem dos Engenheiros Técnicos, tentativa essa que traduz igualmente uma postura daquela ordem profissional contra a Engenharia, matéria esta que, lamentavelmente, tem merecido o silêncio da Ordem dos Engenheiros (OE).

Seria desejável que os arquitetos se concentrassem mais no exercício concreto da atividade de arquitetura, para a qual o Estado Português delegou poderes específicos de regulação na respetiva ordem profissional, e deixassem de querer fazer engenharia, contribuindo outrossim na sua área de especialidade (recusando fazer projetos, se necessário) para evitar uma maior degradação do edificado do País. E, ainda, para que não seja possível, com o seu beneplácito ou passividade, o aparecimento de mais aberrações arquitetónicas e urbanísticas para além das que já existem espalhadas pelo território nacional.

Mas se, por um lado discordamos da Ordem dos Arquitetos porque esta sua postura é grave, não podemos contudo deixar de registar que esta associação profissional parece estar a ganhar a batalha mediática de que um arquiteto pode fazer tudo, incluindo engenharia. E, como consequência desse raciocínio, parece ainda que a Ordem dos Arquitetos está a conseguir induzir nos decisores a ideia de que deixam de ser necessários os Engenheiros Técnicos e os Engenheiros já que, no entender da Ordem dos Arquitetos, os arquitetos podem fazer, para além da arquitetura, a direção de obra, a fiscalização e os projetos da especialidade de engenharia civil, etc.

Não concordamos em absoluto e não é possível aceitar tal raciocínio, ou qualquer outro que com ele se assemelhe.

Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer que a Engenharia, representada pela Ordem dos Engenheiros e pela Ordem dos Engenheiros Técnicos, tem descurado este assunto, ocupados que temos estado a discutir quem representa os atuais licenciados (1.º ciclo) em Engenharia. O tempo passa e as “Ordens de Engenharia” vão perdendo a Engenharia para os Arquitetos e vão criando uma imagem (errada) de que não existe futuro para os Engenheiros Técnicos e para os Engenheiros, em Portugal. Não só essa imagem é distorcida, como já se vislumbra a recuperação de grande parte das áreas da engenharia, passado que foi o período mais difícil do ajustamento que o país tem vindo a viver.

Seria de todo conveniente que:

- A) Fossem clarificadas as posições de cada Ordem Profissional, e que a Ordem dos Engenheiros acompanhasse a Ordem dos Engenheiros Técnicos na batalha que por esta tem vindo a ser desenvolvida pela dignificação da Engenharia, ao invés de nos combater com todos os seus recursos.



A batalha que estamos a travar exige que tanto a Ordem dos Engenheiros Técnicos como a Ordem dos Engenheiros concentrem as suas atenções na defesa da Engenharia, no caso vertente a Engenharia Civil, contribuindo para alargar o horizonte de trabalho. O tempo de hoje exige alterar a imagem do Engenheiro Técnico Civil e do Engenheiro Civil como, exclusivamente, projetista de estruturas. Será antes necessário que o conservadorismo seja colocado de lado, e que as duas Ordens Profissionais lutem em conjunto pela promoção dos profissionais da Engenharia Civil, habilitando-os com mais amplos conhecimentos e competências nos vários domínios da engenharia.

A imagem de um setor totalmente deprimido é errada. E a OET tem-se sentido isolada na defesa da Engenharia em Portugal, por falta de comparência da OE.

- B) Fosse passada para o exterior uma imagem de serenidade e de confiança no futuro, e igualmente colocado um ponto final na querela dos Estatutos de quem representa quem, ou seja: os habilitados com o 1.º ciclo em engenharia são representados pela OET e os habilitados com o 2.º ciclo são representados pela OE, de acordo com o que desde sempre foi estabelecido e cumprido.

Fazemos daqui um apelo para que parem as tentativas pírias de: i) excluir os Engenheiros Técnicos da organização e participação em eventos internacionais, nomeadamente de engenharia, como é exemplo o Congresso dos Engenheiros da Lusofonia; ii) impedir a admissão da OET como membro do CNOP- Conselho Nacional das Ordens Profissionais. A OET e a OE se concentrem na defesa dos seus membros no âmbito da atual revisão da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, da Portaria n.º 1379/2009, de 30 de outubro e do Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro, para estancar a perda do seu espaço profissional a favor dos arquitetos.

- C) Se inicie um processo, transparente e construtivo, sem elitismos provincianos obsoletos e consequentemente desnecessários, juntamente com as Escolas Politécnicas e as Universidades, revendo os *currícula* dos cursos de engenharia, para que seja possível alterar o ainda dominante paradigma da construção, adotando-se o princípio de que: *“ a construção nova” não se pode sobrepor à “recuperação do edificado”*. Temos que proporcionar aos jovens Engenheiros Técnicos e Engenheiros novas ferramentas para o planeamento, gestão, conservação, direção de obra, fiscalização e gestão do património.
- D) Se desencadeie um mecanismo para evitar que outras classes profissionais, incluindo a dos Arquitetos, continuem a ocupar injustificadamente a maioria dos lugares de Direção nos variados organismos da Administração do Estado, sejam eles da administração central, regional e local, e os Institutos Públicos.

Obviamente que o chamamento dos jovens para a engenharia civil, que urge inverter, não acontecerá por milagre.

Lisboa, 9 de setembro de 2014
Augusto Ferreira Guedes
Bastonário